



Assembleia de Freguesia de Santa Catarina

ACTA N.º4/2007

Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e sete, reuniu na sala da Assembleia de Freguesia de Santa Catarina, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, a Assembleia de Freguesia da Vila de Santa Catarina em sessão extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Período antes da Ordem do Dia
- 2- Informação do Presidente acerca das actividades da Junta
- 3- Pedido de autorização para adjudicação de obra
- 4- Rectificação ao orçamento 2007
- 5- Outros assuntos

Estiveram ausentes os Sr.(s) Rui Santos, e Pedro Miguel Isaque Rocha.

Constatou-se novamente uma afluência significativa de assistência o que deixa transparecer o interesse da população em trazer os assuntos directamente à assembleia e em marcarem presença nas sessões do órgão deliberativo da freguesia.

O Presidente da Assembleia referiu que dada uma vez mais a ausência do primeiro secretário, Sr. Rui Santos (por motivos justificados), a sessão seria secretariada pelo segundo secretário, Sr. Nelson Santos, a quem passou desde logo a palavra para proceder à leitura da acta anterior.

Após votação da mesma, a acta foi aprovada por unanimidade.

No **ponto um** da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Artur Fernandes para apresentação de uma moção contra o encerramento da estação dos CTT da Vila de Santa Catarina e conseqüente votação caso a mesa assim o entendesse. Após a leitura da mesma, a moção foi posta à votação dos membros da assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade.

Concedeu então a palavra aos presentes por ordem de inscrição à mesa, sendo que o primeiro interveniente do público foi o Sr.ª Ivone Ferreira da Silva em representação da Comissão de Utentes de Santa Catarina. Dirigiu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para clarificar uma questão relacionada com o possível encerramento da estação dos CTT e que residia no facto de, caso os serviços dos CTT viessem a ser assumidos pela Junta, se os mesmos teriam um horário mais alargado.

A segunda intervenção coube ao Sr. Vasco Matias que também dirigiu a palavra ao Sr. Presidente da Junta, questionando-o acerca do placard exterior de informação e publicidade prometido para junto da rotunda da vila como veículo de comunicação e divulgação das iniciativas do executivo e outras. Deu ênfase ao facto de todos os Catarinenses se terem entusiasmado significativamente quando viram a apresentação de uma equipa jovem e aparentemente dinâmica nas últimas eleições e até ao momento, não têm visto nada de novo. Acentua a posição da câmara municipal como centralista, onde reserva o grande plano de investimento na cidade e escassa descentralização pelas freguesias e não tem em conta o facto de Santa Catarina ser a freguesia mais industrializada. Reivindicou uma resolução nos acessos e ligações da rede viária entre a sede do concelho e a freguesia como um dos pontos de investimento para o melhoramento das infra-estruturas necessárias à dinamização da principal actividade industrial que é a cutelaria. Referiu que ao tomar conhecimento do orçamento da câmara municipal para dois mil e oito, não verificou qualquer investimento para Santa Catarina nos planos da mesma, o qual se torna necessário para o seu desenvolvimento e progresso. Alertou para a toponímia que indica a localidade do Casal da Marinha que se encontra deficiente e deverá ser substituído. Regozijou-se com o facto de ter acontecido uma manifestação pública contra o encerramento dos CTT e reforçou a necessidade da população recorrer mais à utilização dos serviços públicos locais. Disse ainda saber que os CTT não pretendem encerrar a estação mas, dado a hipótese de negociação de transferência e criação de um posto na Junta de Freguesia, o interesse surgiu. Defende a manutenção definitiva e irrecusável da estação dos CTT como um serviço indispensável.

O terceiro interveniente foi o Sr. António Ivo Peralta de Santa Catarina, que questionou o Sr. Presidente da Junta acerca da sua posição relativamente à designada zona industrial, zona essa que já se encontra definida e onde está implementada três a quatro fábricas mas sem aparente desenvolvimento. Salientou que o Presidente da Câmara tem que investir e adquirir terrenos para a expansão e instalação de novas indústrias ou caso contrário, devem retirar a placa que designa a referida zona. Lamentou o facto do futuro lar não ser construído no terreno doado para o efeito junto ao Centro Social Paroquial em detrimento de outra obra. Alertou para a situação das inundações junto à E.B.I. sempre que chove, pois os esgotos não estão devidamente preparados e torna-se necessário tomar uma medida definitiva para resolver a situação. Mencionou a necessidade de mais passeios para a sede de



Assembleia de Freguesia de Santa Catarina

ACTA N.º4/2007

freguesia, nomeadamente na chamada zona industrial e alto de São João e ainda a falta de estacionamento junto à E.B.I. por obstrução dos carros dos docentes, o que dificulta que os pais possam parar para deixar os filhos na escola. Manifestou a sua disponibilidade para doar um pouco de terreno para implementar uma rotunda junto à sua empresa caso venha a surgir outra junto à gasolinheira da vila.

Houve ainda um apelo do público para o desconforto e falta de limpeza da casa mortuária o que não dignifica em nada os momentos difíceis que a população lá vive.

O presidente da assembleia passou então a palavra ao Sr. Presidente da Junta para direito de resposta e esclarecimento às intervenções do público.

O Sr. Presidente da Junta começou por responder à Sr.ª Ivone Ferreira da Silva, dizendo que não sabe porque razão a Sr.ª Vereadora citou essa informação mas o facto é que no caso da Foz do Arelho, quando os CTT passaram para a tutela da Junta, o seu horário de funcionamento foi alargado. Caso a estação dos CTT fosse assumida pela Junta, os serviços seriam prestados dentro do mesmo horário de funcionamento da Junta ainda que o período exigido pelos serviços dos correios seria de três horas e meia por dia.

Respondeu depois às questões colocadas pelo público, dizendo que quanto ao referido placard junto à rotunda, o que estaria previsto era a colocação de um «muppi» na área do largo do pelourinho. Quanto aos projectos para Santa Catarina, a tão falada estrada que fará a ligação Caldas-Benedita e que beneficiaria os acessos a Santa Catarina, continuará a ser motivo de estudo durante muito mais tempo e não se vislumbra qualquer resolução nesse sentido. O facto é que da maneira que se encontra a E.N. 360, não é funcional e revela grandes abatimentos ao longo do traçado do percurso durante o ano, inclusive em época de verão. Vai portanto manter-se em estudo através dos programas da Protoeste a circular estruturante que fará a ligação de Caldas ao IC2 com ligação a Santa Catarina. No que concerne ao solar, tem mantido conversações com o proprietário do espaço para saber o que o mesmo pretende fazer com a propriedade e equacionar uma proposta de aquisição, assunto que já foi apresentado em assembleia municipal e cujos membros foram convidados a conhecer o espaço. Também o Sr. Presidente da Câmara já visitou o solar, tratando-se agora de uma questão de números, sendo que o proprietário não pretende a venda isolada do imóvel mas de todas as suas propriedades como um todo, dificultando desta forma a aquisição por parte do município, pois para a Junta é impensável. Quanto à questão dos correios, passa a imagem de que foi a Junta a solicitar a concessão dos serviços quando a situação foi precisamente inversa, pois foram os serviços dos CTT que há cerca de um ano, abordaram o executivo da Junta no sentido de lhes comunicar que a mesma assumiria os serviços sem que, para tal, a Junta fosse ouvida no assunto. Também se colocou a hipótese de um terceiro garantir os serviços, tendo auscultado o Sr. Helder Funcheira no assunto mas com sérias reservas, pois para o valor que estavam a propor (oitenta euros por mês), duvidou seriamente que alguém quisesse aceitar a proposta. Portanto, nunca se tratou de uma questão de interesses económicos para a Junta, sendo que a mesma só assumiria os serviços em situação extrema de última necessidade e para garantir um serviço à população. Nunca o executivo esteve contra a população neste sentido pois se assim fosse, a Junta já poderia ter tomado conta da situação há mais de um ano, altura em que o assunto começou a ser discutido. Em relação à zona industrial, o assunto já foi mais que debatido na assembleia municipal por si e pelo Sr. Manuel Isaac e já consta de anteriores planos de actividade mas a questão é que apesar de ser uma bandeira política do Sr. Presidente da Câmara, o mesmo não tem dado andamento e resolução ao caso. É preferível desistirem da ideia ou então tomarem uma atitude séria em dar resolução à questão, pois na designada zona industrial já delimitada, ninguém quer vender terrenos. Já existiu procura de terrenos por parte de compradores que se dirigiram directamente aos proprietários mas que pretendem áreas maiores ou menores que alguns terrenos isolados, daí que era imprescindível que fossa a câmara a adquirir os terrenos na sua globalidade para depois a venda ser feita de acordo com as necessidades da procura dos industriais. No que toca ao assunto do lar de idosos, a Junta de Freguesia enquanto entidade não foi auscultada para a questão pois não lhe diz respeito directamente. Contudo, é do seu conhecimento que o equipamento social esteve previsto para as duas localizações possíveis para o efeito e, dados alguns obstáculos dos quais o dono da obra é alheio (Centro Social Paroquial) e por motivos de prazo de candidatura, o mesmo foi obrigado a optar pelo terreno junto ao projecto da nova urbanização de forma



Assembleia de Freguesia de Santa Catarina

ACTA N.º4/2007

a não incorrer no risco de perder os fundos concedidos ao abrigo do programa PARES.

As inundações junto à E.B.I. foram novamente uma realidade e veio comprovar que as intervenções dos serviços municipalizados não se revelaram eficientes como defenderam os técnicos, tendo a Junta sugerido diversas alternativas para o efeito. Uma das razões que ajuda ao agravamento da situação prende-se com o facto de parte dos moradores terem efectuado ligação das águas pluviais directamente para a rede de esgotos, aumentado em muito, o caudal das águas. Espera que de uma vez por todas a câmara dê solução à questão. A situação dos passeios pedestres para a vila também já foi um assunto debatido por diversas vezes e ao qual a câmara não dá resolução, pois no que toca a sugestões, a Junta até já sugeriu que na via que leva ao Alto de S. João, se colocassem passeios sobre as próprias valetas, mantendo as infra-estruturas de escoamento sob a calçada. Respeitante ao estacionamento junto à E.B.I., não existem grandes alternativas contudo, poderia existir a hipótese de se afectar uma área onde o estacionamento seria proibido, reservando-se exclusivamente para tomada e largada de passageiros, possibilitando desta forma que os pais possam deixar os filhos junto ao estabelecimento de ensino.

A implementação das rotundas propostas faz parte de um plano de segurança rodoviário que veio à assembleia de freguesia em Abril deste ano e onde constava determinadas alterações e aplicações de sinalética. A questão é que a aprovação dos sinais de trânsito já se encontra na primeira comissão e as propostas de rotundas e lombas nem sinais de resolução, sendo caricato a aplicação de sinais verticais de rotunda quando as mesmas nem existem. De qualquer forma, não é tecnicamente viável a colocação de uma rotunda junto à entrada da empresa IVO CUTELARIAS dado a inclinação do terreno que é superior a sete por cento, acima da qual (segundo a legislação em vigor) não é autorizado.

O Sr. Presidente da Assembleia passou depois a palavra ao Sr. Nelson Santos que referiu que o número mais alargado de pessoas que se deslocaram à sessão extraordinária desta assembleia deveu-se com certeza a algo que mexeu com a população e é bom que tomem parte nas assembleias sempre que sintam necessidade ou gosto de o fazer. Contudo, quando colocarem questões, não as coloquem com sarcasmo ou como sendo de ataque pessoal a alguém pois não é disso que se trata e no lugar do Sr. Presidente da Junta poderia estar outra pessoa qualquer sentada como responsável pelo executivo. A questão fulcral reside na falta de apoio e suporte por parte da população que a certo momento da sessão entrou quase em debate e diálogo acerca de assuntos pertinentes e porventura do seu interesse, deixando transparecer a necessidade de um plenário em torno de temas como a variante, a zona industrial, o lar de idosos e outros. Se essa necessidade existe, então que o manifestem junto do executivo e participem mais activamente nos assuntos e decisões para a freguesia, clarificando e ajudando a clarificar essas mesmas questões de interesse público. Expressou o seu descontentamento pelo facto da população ter criado uma manifestação que no seu entendimento deveria ser de reforço a outras medidas já tomadas pelo executivo da Junta mas que foi antes de ataque ao Sr. Presidente da Junta. O papel da Junta foi desde sempre salvaguardar a prestação de serviços dos correios à população e foi com esse intuito que incluiu no orçamento para dois mil e sete, uma verba para esse efeito, estando assim vigilante e atenta à situação de forma a garantir uma resposta pronta e imediata em defesa da população e não com intenção de proveitos financeiros como aludiram algumas vozes. Sublinhou a necessidade de não julgarem de forma errada o executivo, pois caso a posição da Junta fosse colocar em risco a continuidade dos CTT, ele próprio teria tomado outra atitude enquanto membro da assembleia. Quanto à construção do futuro lar de idosos, referiu que estávamos perante uma obra que iria ser construída por uma entidade particular de solidariedade social sobre a qual recai a responsabilidade da construção da mesma. Os valores para o financiamento dessa mesma obra são provenientes da própria instituição, Estado e Câmara Municipal e não de peditórios ou iniciativas junto da população (até à data), o que (na sua opinião) não carece de consulta popular para opinar acerca da sua localização. Contudo, fez questão de explicar e esclarecer os presentes e a assembleia as razões pelas quais optaram construir o futuro lar num terreno junto ao projecto da nova urbanização, elucidando os factores que na sua opinião favorecem a localização definitiva do lar, como sendo construção de novas infra-estruturas, acessos, expansão geográfica, etc...

O Sr. Presidente da Assembleia tomou depois a palavra para dizer que ainda que devagarinho, as coisas vão avançando, sinal de que existe alguma dinâmica e que os cidadãos começam finalmente a adoptar a referida postura pró-activa no que concerne a assuntos de interesse comum, reforçando a



Assembleia de Freguesia de Santa Catarina

ACTA N.º4/2007

ideia de apostar em plenários públicos onde se possam debater sem restridentes, questões para o actual e futuro desenvolvimento da freguesia. Quanto à zona industrial, sugere que se tente referendar o tipo de indústria que pretendem implementar em Santa Catarina, como um factor essencial para definir as prioridades na forma de conduzir e levar o projecto a bom termo, sendo que o mesmo possa passar por um parque empresarial. Relativamente ao assunto dos CTT, subscreve o que foi dito pelo Sr. Nelson Santos na sua intervenção e ficou claro para a assembleia que no caso de a Junta assumir os serviços e a estação dos correios passar a posto, os mesmos seriam assegurados na íntegra com excepção da emissão dos certificados de aforro.

Passou depois a palavra à Sr.^a Helena Bernardes que manifestou o agrado no facto da sessão da assembleia estar a revelar-se bastante produtiva no debate de ideias e nomeadamente no que diz respeito à zona industrial, sugerindo que o Sr. Presidente da Junta pegue em algumas delas como mote de persuasão junto do Sr. Presidente da Câmara, pois sem um começo não vamos a lado nenhum. Reunir com os proprietários dos terrenos e auscultá-los, estudar a proposta do emparcelamento e construir algo de concreto que deixe a base da conversa para dar lugar à viabilidade.

Pronunciou-se em seguida o Sr. Manuel Isaac respondendo à Sr.^a Ivone Ferreira, que aquilo que a Sr.^a Vereadora se referia quando falou no alargamento de horário de funcionamento dos CTT se prendia com a situação da Foz do Arelho e não de Santa Catarina. Quanto à colocação do placard de informação, confirma de facto que a colocação do mesmo esteve prevista para o largo do pelourinho numa zona mais fulcral mas até à data ainda não foi implementado pela Junta. No que diz respeito ao orçamento municipal para dois mil e oito, o facto é que a urbanização de Santa Catarina e a zona industrial estão contemplados com zero e todos os anos no momento em que se debate o orçamento da câmara, o mesmo faz sempre alusão à zona industrial pelo facto da verba ser zero, do qual facilmente se conclui que a mesma não irá existir, sendo a razão principal da seu adiamento, a falta de vontade do Presidente da Câmara. Todos os demais projectos semelhantes em outras freguesias encontram-se nas mesmas condições, com excepção de S. Gregório onde um grupo de empresários comprou os terrenos e construíram os espaços para venda e arrendamento. À semelhança da variante de Santa Catarina, alegam muita coisa e argumentam que o PROT muda, mas o que não muda definitivamente é a vontade do Sr. Presidente da Câmara, porque se existisse essa mesma vontade, bastaria para tal definir um projecto onde a mesma iria passar, não permitindo desta forma que o traçado da mesma fosse atrofiado com construções em cima da via. Sempre que alguém solicitasse licença para construir junto ao traçado da variante, teria que ter em conta um determinado distanciamento, factor esse que não acontece só e exclusivamente por falta de planeamento para Santa Catarina e o concelho todo. No caso da zona industrial, a única coisa que está criada é a sua delimitação que, mesmo assim, já levou um atropelamento com a construção de uma moradia e, caso hoje para amanhã haja mais umas “cunhas”, a zona industrial desaparece, o que até é bom para que a mesma não tenha futuro segundo as ideias da câmara. Enalteceu a comissão de utentes que surgiu para defender a questão dos CTT e sugeriu que adoptando a designação que entendessem, defendessem outros assuntos de interesse para a população. Referiu que a Junta tem o dever de lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que se apresentou ao eleitorado com um programa, o qual foi por ele subscrito e como tal, é responsável pela ajuda na sua execução, nem que para isso tenha que tomar atitudes mais determinantes. Isto só prova que não existe vontade de fazer a zona industrial, porque a mesma só teria a lucrar se estivesse concluída antes da Benedita, pois com o surgimento dessa, as pessoas ponderam na sua opção entre as duas localizações e vantagens. A problemática actual do traçado do TGV que levou a um abrandamento ou mesmo estagnação das infra-estruturas da zona industrial da Benedita, poderia ser uma oportunidade clara e inequívoca para o avanço da de Santa Catarina para fixar desde logo mais algumas indústrias. O Sr. Presidente da Câmara tem que se deslocar ao terreno e falar com as pessoas para dar resolução a este assunto se é verdadeiramente do seu interesse a concretização deste projecto para Santa Catarina. Quanto à questão do lar de idosos, sempre o entendeu como «gato escondido com o rabo de fora», pois quando este terreno foi doado, foi com a intenção da construção de um lar. Sabendo a fábrica da igreja antemão, que estando o terreno em nome dela não poderia construir o lar, houve logo má intenção por parte da mesma em que o lar não fosse edificado no referido terreno. Segundo a sua opinião, era preferível esperar mais algum tempo e apresentar nova candidatura em anos seguintes do que estar a apressar as coisas e cometer



Assembleia de Freguesia de Santa Catarina

ACTA N.º4/2007

um erro para o resto da vida. Aludiu que foi solicitada por parte do Centro Social Paroquial a sua intervenção no sentido de ajudar a reforçar o seu projecto de candidatura para o lar mas que, ao contrário do que tinha feito para o Centro de Dia e autocarro no sentido de contemplar com verbas da Segurança Social, neste caso pediu precisamente que não dêem um tostão para o Centro Paroquial porque acha que a instituição trabalhou mal nesta matéria e não merece ser contemplada, definindo como um erro crasso a localização do futuro lar de idosos. Em relação ao estacionamento junto à E.B.I., o que a Junta poderá fazer é uma proposta à câmara onde comunica a situação da inexistência de um local onde os pais possam parar para deixar os filhos e a mesma tomará providências para equacionar o problema da falta de estacionamento para os professores onde entender, sugerindo que a Junta e assembleia apresentem propostas para o efeito. No que concerne ao projecto da estrada que ligaria as Caldas à Benedita, não existem quaisquer estudos nesse sentido e o assunto já foi abordado por diversas vezes, sendo que, não existe nada mais do que propostas verbais discutidas em sede da assembleia municipal. Relativamente ao solar, o mesmo não se encontrou presente na sessão da assembleia municipal em que abordado o assunto mas, segundo o que sabia, a proposta que foi apresentada pela JSD era proveniente da sua aquisição para efeitos de turismo rural e de habitação. Na sua opinião, a aquisição do imóvel só poderá ser feita pela câmara municipal, pois a Junta nunca terá capacidade financeira para suportar tudo o que gira em torno do mesmo, nomeadamente a sua recuperação e manutenção. Mesmo que a proposta do proprietário do solar passe pela venda global do imóvel e terrenos espalhados pela vila, existe uma oportunidade da câmara vender posteriormente os mesmos terrenos e contribuir para a sua urbanização. Quanto à questão dos CTT confirmou de facto que o que foi discutido em assembleia de freguesia foi sempre protelar o encerramento da estação até ao limite e manifestou o seu agrado pelo facto das pessoas se terem mobilizado para este fim e que seja o princípio de outras mobilizações para se conseguirem outras conquistas, pois segundo ele o partido que mais pode fazer por esta questão, que é o PS, não quer ficar mal visto e não de mobilizar toda a sua área de influência junto do Governador Civil e este junto das entidades competentes e, neste sentido, considera que este assunto está ultrapassado. Sublinhou a importância da necessidade da população em geral e acima de tudo os empresários locais, utilizarem com maior regularidade estes serviços para que comprovem a necessidade dos mesmos e não volte a estar novamente em risco o encerramento da estação.

Tomou em seguida a palavra o Sr. Artur Fernandes, que também manifestou o seu agrado pela forma como está a decorrer a sessão e pelo facto de estar a produzir questões frutuosas quer por parte do público quer por parte dos membros da assembleia e é mesmo assim que este órgão político deve funcionar, pois apesar de ser constituído por diferentes cores políticas, todos têm o mesmo objectivo, que é o progresso da freguesia. Questionou o Sr. Presidente da Assembleia como maior responsável, se está conhecedor de que este órgão deliberativo tem a possibilidade de constituir comissões para discutir os assuntos hoje trazidos e de efectuar um levantamento daquilo que se poderia fazer pela freguesia. Não basta marcar presença trimestralmente na sessão ordinária da assembleia para descargo de consciência. Compete a cada membro preparar cada sessão, estar atento ao que se passa na nossa freguesia e ao nosso redor, como no Vimeiro, Carvalhal Benfeito, Turquel, Benedita, entre outros e começar a ver o que poderão realmente fazer, criando para o efeito as referidas comissões e debater mais a fundo as ideias, os problemas e os projectos para a nossa freguesia, demonstrando-se desde logo disponível para trabalhar gratuitamente numa comissão para bem de toda a população e dos filhos, criando para todos as condições e infra-estruturas necessárias à fixação das populações. Concorda com a falta de vontade política por parte da câmara em não avançar com a zona industrial em Santa Catarina e deu como exemplo o concelho de Óbidos onde o dinamismo é bem patente, não se verificando o mesmo em Caldas. Apesar das intervenções do Sr. Presidente da Junta, do Sr. Manuel Isaac e ele próprio nas assembleias municipais, todos têm o dever de se debater pela freguesia, sugerindo que um dia, todos os membros da assembleia de freguesia independentemente da sua cor política, se apresentassem como um bloco na defesa dos seus problemas, pois sem tal, não conseguirão atingir os objectivos globais e estruturantes para a freguesia. Quanto às questões dos esgotos, passeios e estacionamento, os assuntos já foram debatidos por diversas vezes e já deveriam ter sido criadas comissões na assembleia para discutir em pormenor e levar esses problemas, em conjunto com o Sr. Presidente da Junta, à assembleia municipal. No que diz respeito aos CTT, a Sr.ª Vereadora quis fazer



Assembleia de Freguesia de Santa Catarina

ACTA N.º4/2007

crer que houve um aproveitamento político da sua parte, o que não corresponde à verdade. Houve simplesmente uma questão de legalidade, pois no seu entender, não iria assinar um comunicado de forma anónima e não está contra ninguém. Ficou também demonstrado que quando se tem problemas e se apela aos habitantes da freguesia se tem o seu apoio.

No **ponto dois** da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Junta informou que durante estes dois meses, fizeram arranjos na Rua da Escola no Casal da Marinha, deram conclusão à situação apresentada em assembleia pelo Sr. Vitor Pina do Casal da Marinha, sendo repostos as manilhas aqui e nas Relvas junto à casa do Sr. João Santos Paulo, resolveu-se parte do problema relacionado com o coreto no Casal da Coita, fizeram também parte da estrada dos Covões que liga o Casal das Freiras até ao paço em Santa Catarina. Efectuaram também o peditório dos bombeiros que este ano rendeu mais que sete mil euros o que foi muito bom também graças ao facto de deixarem uma carta junto das casas onde não se encontrava ninguém. Insistiram novamente com as associações relativamente às Tasquinhas Medievais e já determinaram que dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete de Abril de dois mil e oito terá lugar o referido evento, contando desde já com a confirmação de cinco entidades (Banda, Rancho, ACDR Catarinense, Relvas e Centro Social Paroquial). Estão em dúvida a confirmação da Portela e da Mata de Porto de Mouro. Uma iniciativa que serve para promover a freguesia e ajudar as associações e instituições na angariação de fundos para os seus projectos.

No **ponto três** da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Junta informou que após muita discussão com o Sr. Cerejo, o melhor era efectuar a rescisão de contrato, sendo a própria sugestão apresentada pelo empreiteiro que se encontra de acordo com a rescisão, estando em jogo simplesmente uma questão monetária. Apesar de não ter em seu poder qualquer documento de rescisão, já efectuou um ajuste directo com consulta, arrancando os convites a novos quatro empreiteiros em paralelo com o próprio processo de rescisão, dos quais já recebeu as propostas mas ainda se encontram fechadas. Como têm que dar uma resposta ao IFADAP até ao final do ano e por uma questão de tempo, tiveram que avançar com a situação e só agora apresentaram a ratificação à assembleia. O Sr. Nelson Estrela questionou porque é que tem que ser a Junta a indemnizar quando é o empreiteiro que se encontra em incumprimento e foi-lhe informado que se uma obra estiver parada por mais de um ano e o empreiteiro não tiver a culpa para tal, tem direito a uma indemnização no montante de dez por cento do orçamento que faltava concluir e que corresponde a dois mil novecentos e cinquenta e nove euros conforme consta na carta assinada pelo empreiteiro e onde manifesta a sua concordância. Para concluir os trabalhos por parte do Sr. Cerejo, o investimento rondaria os quarenta e três mil euros, valor esse que seria insuportável pela Junta Freguesia. Em resposta, a Junta pediu a colaboração à Câmara Municipal que efectuou todo o trabalho de preparação que estaria incluído no orçamento do empreiteiro, possibilitando a renegociação do mesmo e a consequente redução dos valores. Há também o compromisso do presidente da Câmara de fazer as valetas ao longo da via, serviço esse que terá que ser concluído logo após o final do trabalho do empreiteiro. Os empreiteiros que foram convidados para apresentar propostas são a Silvivas, Cimalha, Francisco José da Conceição e Virgílio Cunha. O Sr. Artur Fernandes manifestou-se dizendo que como não tinha em mãos documentos para analisar devidamente a ratificação, se iria abster. A proposta foi aprovada por maioria com duas abstenções do Sr. Nelson Estrela e Artur Fernandes respectivamente.

No **ponto quatro** da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Junta informou que retiraram a verba prevista inicialmente para o funcionamento do posto dos correios e incluíram a verba dos serviços do emprego e formação profissional apesar de não saberem se vão receber o dinheiro, incluir os almoços da pré-primária nos do ensino básico que não estavam a ser efectuados pela Junta e que passam agora pela mesma e a abertura de novas rubricas. A proposta de rectificação ao orçamento de dois mil e sete foi aprovada por unanimidade com declaração de voto do Sr. Artur Fernandes, em anexo.

No **ponto cinco** da ordem de trabalhos, o Sr. Artur Fernandes focou a limpeza da casa mortuária com a maior urgência bem como o apetrechamento do espaço com aquecimento e mobiliário necessário e adequado de forma a oferecer melhores condições aos utilizadores que recorrem ao espaço. Questionou ainda o Presidente da Junta acerca da pista de skate que foi doada pela Câmara Municipal e para quando a sua montagem. Tem também constatado a presença de galináceos no largo do pelourinho, sendo os mesmos pertença do pároco. Esta situação vai contra a imagem de uma freguesia/vila virada para a modernidade quando efectivamente demonstra um perfil de aldeia rural. O



Assembleia de Freguesia de Santa Catarina

ACTA N.º4/2007

local destes animais é na capoeira e não fora dela. Voltou a levantar a questão acerca da situação do designado “poço do povo”. Constatou que a limpeza do jardim público já se encontra melhor e coincidência ou não, a limpeza do mesmo ocorre quase sempre na véspera ou dia de uma assembleia de freguesia, podendo se tratar de um mero acaso. Solicitou ao presidente da junta, uma cópia do protocolo estabelecido entre a Junta, Câmara e Centro Social Paroquial de Santa Catarina, quanto à cedência e utilização do espaço da antiga escola primária no alto de S. João, dado que o mesmo espaço já tinha sido cedido à Associação Cultural Desportiva e Recreativa Catarinense por um prazo bastante alargado. É do seu interesse inteirar-se do acordo estabelecido entre as entidades referidas para poder responder a questões que lhe possam ser colocadas relacionadas com este assunto.

O Sr. Presidente da Junta aproveitou para clarificar algumas questões que lhe tinham sido colocadas, nomeadamente aos problemas relacionados com a falta de água quente nas instalações balneares do pavilhão gimnodesportivo, situação que já tinha sido exposta ao presidente do conselho directivo da escola E.B.I. ainda antes do início das aulas. Esta situação dificulta o bom funcionamento do espaço na utilização por parte dos alunos e associações locais e até já conduziu a multas a equipas desportivas da freguesia por não apresentarem as condições necessárias para a realização de provas. A informação também foi comunicada ao vereador do pelouro do desporto da câmara municipal para intervir e ajudar na resolução da questão. A limpeza das valetas na Abrunheira está a ser feita e também em outros locais, ainda que não seja possível efectuar tudo ao mesmo tempo. Saliu ainda o facto desta competência em certos locais ser dos serviços municipais e não da Junta de Freguesia, apesar de tal estar a ser assegurado pela Junta pois, caso não o façam, a câmara nunca mais o resolve fazer. Relativamente à pista de skate, está a aguardar a implementação de um projecto elaborado pela Junta e que está a ser conciliado com a ajuda da arquitecta da câmara para o jardim envolvente às piscinas e dentro do qual estará contemplado a colocação da pista. No que concerne ao “poço do povo”, a Junta tem conhecimento, sem que este seja oficial, de que o processo encontra-se arquivado e enquanto a mesma informação não for emitida por via oficial, não é possível efectuar qualquer tipo de recurso. Não havendo mais nada a tratar, foi a presente sessão encerrada pela uma hora e quinze minutos e para que conste se lavrou esta acta que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.